

## Relatório da Administração

Senhores Associados,

Submetemos a V.S.as as Demonstrações Contábeis de 2017 da Cooperativa de Crédito Centro-Serrana do Espírito Santo – Sicoob Centro-Serrano em milhares de reais, na forma da legislação em vigor. As demonstrações contábeis completas estão disponíveis no site Sicoob ES (www.sicoobes.com.br).

### 1. Política Operacional

Em 2017, o Sicoob Centro-Serrano completou 29 anos, mantendo a vocação de instituição financeira cooperativa muito atrativa para investimentos e para obtenção de crédito. A atuação junto aos Associados se dá pela captação de depósitos, pela concessão de empréstimos e pela prestação de serviços financeiros.

### 2. Nosso Desempenho

#### 2.1) Retornos

ROE/ROA	%		p.p Variação
	Jan a Dez/2017	Jan a Dez/2016	
Retorno sobre o Patrimônio Líquido Médio – anualizado	21,74	17,55	4,19
Retorno sobre Ativo Médio - anualizado	3,37	2,94	0,42

#### 2.2) Resultado

Demonstração do Resultado do Período	Em Milhares R\$		%
	Jan a Dez/2017	Jan a Dez/2016	
Resultado da intermediação Financeira antes dos Créditos de Liquidação Duvidosa	51.774	56.895	- 9,00
Despesa de provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	33.881	40.139	-15,59
Receita de recuperação de Créditos Baixados como Prejuízo	4.859	2.415	101,2
Receitas de Prestação de Serviços e de Tarifas	17.261	12.629	36,68
Receitas com Ato Não Cooperativo	6.186	4.004	54,50
Despesas com Pessoal, Outras Despesas Administrativas e Operacionais	38.984	32.440	20,17
Despesas Tributárias	937	690	35,80
Outras receitas operacionais e resultado não operacional	5.981	6.502	-8,01
Ingressos de Depósitos Intercooperativos	24.984	15.832	57,81
Juros ao Capital	7.594	9.404	-19,25
<b>Sobras brutas do exercício</b>	<b>25.076</b>	<b>17.847</b>	<b>40,51</b>

Contribuíram para compor a Sobre de 2017:

Receitas de prestação de serviços e de tarifas bancárias: aumento de 36,68%, a receita com recuperação de prejuízo aumentou 101,41% e as receitas com Ato Não Cooperativo aumentou 54,50% em relação ao mesmo período de 2016.

Quanto as despesas, a variação das despesas com pessoal e outras despesas administrativas e operacionais, em relação ao mesmo período de 2016, foi de 20,17%.

Houve um aumento de 57,81% na receita de ingressos de depósitos intercooperativos, que são os rendimentos que a Cooperativa recebeu do Sicoob Central ES pela centralização da administração financeira dos recursos.

A relação entre as receitas de prestação de serviços e de tarifas frente as despesas de pessoal, outras despesas administrativas e operacionais foi de 44,28%.

Foi pago em 29/12/2017 aos associados o valor de R\$ 7.594 mil referente a juros ao capital.

#### 2.3) Dados Patrimoniais

Balço Patrimonial	Em Milhares R\$		%
	Jan a Dez/2017	Jan a Dez/2016	
Ativos Totais	781.499	668.374	16,93
Centralização Financeira	288.459	187.596	53,77
Carteira de Crédito	491.555	467.825	5,07
Depósitos	460.119	373.577	23,17
Patrimônio Líquido	136.955	117.160	16,90
Patrimônio de Referência (PR)	136.938	117.152	16,89

Os destaques para o crescimento da Cooperativa de 2017

O total de ativos atingiu R\$ 781.499 mil ao final de 2017, com crescimento de 16,93% em relação ao mesmo período do ano anterior.

Os depósitos obtiveram um aumento de 23,17% considerando o mesmo período de 2016, atingindo no final de 2017 o montante de R\$ 460.119 mil.

O patrimônio líquido cresceu 16,90% em relação ao mesmo período do ano anterior, atingindo assim o valor de R\$ 136.955 mil.

#### 2.3.1) Carteira de crédito por produto e segregação de PF e PJ

Em Milhares R\$

Carteira de Crédito	31/12/2017			31/12/2016			Variação	
	PF	PJ	Total	PF	PJ	Total	Valor total	% Total
Crédito Rural	147.429	11.802	159.231	153.927	8.725	162.652	-3.421	-2,10%

Empréstimos	85.248	204.703	289.951	87.715	170.787	258.502	31.449	12,17%
Títulos descontados	4.354	25.115	29.469	10.011	23.691	33.702	-4.233	-12,56%
Conta Corrente	4.960	7.944	12.904	5.405	7.564	12.969	- 65	-0,50%
<b>Total</b>	<b>241.991</b>	<b>249.564</b>	<b>491.555</b>	<b>257.058</b>	<b>210.767</b>	<b>467.825</b>	<b>23.730</b>	<b>5,07%</b>

### 3) Pessoas

Contávamos com 191 colaboradores no final de 2017. A remuneração fixa dos nossos colaboradores e diretores, somada aos seus encargos e benefícios totalizaram R\$ 16.253 mil.

### 4) Política de Crédito

A concessão de crédito está pautada em prévia análise do propenso tomador, havendo limites de alçadas pré-estabelecidos a serem observados. A Cooperativa realiza também todas as consultas cadastrais e faz a avaliação do associado por meio do Rating (avaliação por pontos), buscando, assim, garantir ao máximo a liquidez das operações.

É adotada ainda a política de classificação de risco de crédito da carteira de acordo com as diretrizes estabelecidas pela Resolução CMN nº 2.682. Em 2017, houve uma concentração de 83,82 % nos níveis de risco "AA" a "C".

### 5) Governança Corporativa

Governança corporativa é o conjunto de mecanismos e controles, internos e externos, que permitem aos cooperados definir e assegurar a execução e fortalecimento dos princípios e objetivos da Cooperativa, contribuindo para a sua continuidade.

A gestão da Cooperativa está alicerçada em papéis definidos, com clara segregação de funções. Cabem ao Conselho de Administração, órgão superior da administração da cooperativa eleito pelos Associados, as decisões estratégicas e à Diretoria Executiva, a gestão dos negócios da Cooperativa no seu dia a dia.

A cooperativa é monitorada periodicamente quanto à efetivação dos controles internos. Tal monitoramento é realizado pelo Sicoob Central ES que a partir de janeiro de 2011, centralizou esse serviço adotando padrão de qualidade e atuação compatível com a realidade de nossas atividades, sistemas, produtos e serviços. Integra ainda a área de fiscalização a auditoria interna realizada periodicamente por auditor do Sicoob Central ES cuja metodologia e procedimentos aplicados seguem as políticas e manuais aprovados no sistema.

Os balanços da Cooperativa são auditados por auditores externos, que emitem relatórios conclusivos os quais são levados ao conhecimento dos Conselhos e da Diretoria sendo emitidos pareceres para conhecimento da Assembleia Geral. Todos esses processos são acompanhados e fiscalizados pelo Banco Central do Brasil, órgão ao qual cabe tal competência, além da autorização de funcionamento.

Tendo em vista o risco que envolve a intermediação financeira, a Cooperativa utiliza várias ferramentas de gestão. Para exemplificar, na concessão de crédito é adotado o Manual de Crédito, desenvolvido, como muitos outros manuais, pelo Sicoob Confederação, homologado pelo Sicoob Central ES, aprovado e instituído pelo Conselho de Administração da Cooperativa. Além do Estatuto Social, são seguidos regimentos e regulamentos, entre os quais destacamos o Regulamento do Conselho de Administração, o Regulamento do Conselho Fiscal, o Regulamento Eleitoral e o Código de Ética.

A cooperativa ainda adota procedimentos para cumprir todas as normas contábeis e fiscais, além de ter uma política de remuneração de seus empregados e estagiários dentro de um plano de carreira que contempla a remuneração adequada, a segregação de funções e o gerenciamento do desempenho de todo o seu quadro funcional.

Todos esses mecanismos de controle, além de necessários, são fundamentais para levar aos Associados e à sociedade em geral a transparência da gestão e de todas as atividades desenvolvidas pela instituição.

### 6) Conselho Fiscal

Eleito na Assembleia Geral Ordinária, com mandato de 3 anos, é um órgão independente da administração. Sua responsabilidade é verificar de forma sistemática, como representante dos interesses dos associados, os atos da administração, as atividades e operações da Cooperativa, bem como validar seus balancetes mensais e seu balanço patrimonial anual.

### 7) Código de Ética

Todos os integrantes da equipe do Sicoob ES aderiram, por meio de compromisso firmado, ao Código de Ética e de Conduta Profissional proposto pela Confederação Nacional das Cooperativas do Sicoob – Sicoob Confederação. A partir de então, todos os novos funcionários, ao ingressar na Cooperativa, assumem o mesmo compromisso.

### 8) Sistema de Ouvidoria

O Sicoob ES, conforme previsto na Resolução 4.433 de 23/07/2015 do Conselho Monetário Nacional, trabalha com sistema de ouvidoria centralizado e estrutura compartilhada com o Banco Cooperativo do Brasil - Bancoob.

Em 2017, a Ouvidoria da Cooperativa registrou 58 demandas sobre a qualidade dos produtos e serviços oferecidos por esta cooperativa.

Dessas demandas, 33 foram classificadas procedentes e todas resolvidas antes do prazo legal estabelecido, que é de 10 (dez) dias, de maneira satisfatória para as partes envolvidas, em perfeito acordo com o previsto na legislação vigente.

### 9) Agradecimentos

Agradecemos aos nossos colaboradores, pelo empenho e talento que nos permitem obter resultados consistentes, e aos nossos associados pela preferência e pela confiança depositada em nossa Cooperativa de crédito e na nossa Administração.

Santa Maria de Jetibá – ES, 31 de janeiro de 2018.

**Conselho de Administração e Diretoria Executiva.**

**Balanco Patrimonial** (em 31/12/2017 e de 2016 | em milhares de R\$)

ATIVO	Nota	31/12/2017	31/12/2016
<b>Circulante</b>		<b>569.664</b>	<b>462.665</b>
<b>Disponibilidades</b>	<b>4</b>	<b>2.545</b>	<b>2.549</b>
<b>Títulos e Valores Mobiliários</b>	<b>5</b>	<b>813</b>	<b>6.760</b>
Carteira Própria		813	6.760
<b>Relações Interfinanceiras</b>	<b>6</b>	<b>288.459</b>	<b>187.596</b>
Centralização Financeira - Cooperativas		288.459	187.596
<b>Operações de Crédito</b>	<b>7</b>	<b>269.992</b>	<b>257.861</b>
Empréstimos e Títulos Descontados		188.623	183.000
Financiamentos Rurais e Agroindustriais		120.625	112.483
(-) Provisão para Operações de Crédito	7.d)	(39.256)	(37.622)
<b>Outros Créditos</b>	<b>8.1</b>	<b>3.870</b>	<b>4.449</b>
Credito por Avais e Fiança Honrados		1.275	1.588
Rendas a Receber		2.330	2.614
Diversos		1.130	1.500
(-) Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa		(865)	(1.253)
<b>Outros Valores e Bens</b>	<b>9</b>	<b>3.985</b>	<b>3.450</b>
Outros Valores e Bens		3.952	3.424
(-) Provisão para Desvalorizações		(10)	(1)
Despesa Antecipada		43	27
<b>Não Circulante</b>		<b>211.835</b>	<b>205.709</b>
<b>Realizável a Longo Prazo</b>		<b>189.153</b>	<b>183.626</b>
<b>Títulos e Valores Mobiliários</b>	<b>5</b>	<b>4.834</b>	<b>9.341</b>
Carteira Própria		4.834	9.341
<b>Operações de Crédito</b>	<b>7</b>	<b>182.307</b>	<b>172.342</b>
Empréstimos e Títulos Descontados		143.701	122.173
Financiamentos Rurais e Agroindustriais		38.606	50.169
<b>Outros Créditos</b>	<b>8.2</b>	<b>2.012</b>	<b>1.943</b>
Diversos		2.012	1.943
<b>Permanente</b>		<b>22.682</b>	<b>22.083</b>
<b>Investimentos</b>	<b>10</b>	<b>16.723</b>	<b>15.648</b>
Participação em Cooperativa Central de Credito		10.104	10.004
Part. em Instit. Fin. Controlada por Coop. Credito		6.619	5.644
<b>Imobilizado de Uso</b>	<b>11</b>	<b>5.864</b>	<b>6.303</b>
Imóveis de Uso		2.723	2.695
Outras Imobilizações de Uso		9.268	8.580
(-) Depreciação Acumulada		(6.127)	(4.972)
<b>Intangível</b>	<b>12</b>	<b>95</b>	<b>132</b>
Ativos Intangíveis		643	624
(-) Amortização Acumulada		(548)	(492)
<b>TOTAL</b>		<b>781.499</b>	<b>668.374</b>
<b>PASSIVO</b>			
<b>Circulante</b>		<b>586.043</b>	<b>492.578</b>
<b>Depósitos</b>	<b>13</b>	<b>460.119</b>	<b>373.577</b>
Depósito à Vista		98.094	64.420
Depósito Sob Aviso		6.100	6.048
Depósito a Prazo		355.925	303.109
<b>Relações Interfinanceiras</b>	<b>14.1</b>	<b>100.975</b>	<b>90.352</b>
Repasses Interfinanceiros		100.975	90.351
Correspondentes		1	1
<b>Relações Interdependências</b>	<b>15</b>	<b>6.233</b>	<b>13.136</b>
Recursos em Trânsito de Terceiros		6.233	13.136
<b>Obrigações Por Empréstimos</b>	<b>14.2</b>	<b>4.985</b>	<b>4.000</b>
Empréstimos no País - Outras Instituições		4.985	4.000
<b>Obrig. Por Repasses do País - Instituições Oficiais</b>	<b>14.2</b>	<b>24</b>	<b>48</b>
Outras Instituições		24	48
<b>Outras Obrigações</b>		<b>13.707</b>	<b>11.465</b>
Cob. e Arrec. de Trib. e Assemelhados	16.1	204	53
Sociais e Estatutárias	16.2	6.176	6.159
Fiscais e Previdenciárias	16.3	997	1.071
Diversas	16.4	6.330	4.182
<b>Não Circulante</b>		<b>58.501</b>	<b>58.636</b>
<b>Exigível a Longo Prazo</b>			
<b>Recur. De Aceites Cambiais, Letras Imobiliárias</b>	<b>13.1</b>	<b>9.573</b>	<b>-</b>
Obrig. por Emissão Letras Credito Agronegocio		9.573	-
<b>Relações Interfinanceiras</b>		<b>46.883</b>	<b>56.656</b>
Repasses Interfinanceiros		46.883	56.656
<b>Outras Obrigações</b>		<b>2.045</b>	<b>1.980</b>
Diversas	16.5	2.045	1.980
<b>Patrimônio Líquido</b>		<b>136.955</b>	<b>117.160</b>
<b>Capital Social</b>	<b>18</b>	<b>81.695</b>	<b>75.232</b>
De Domiciliados no País		82.106	75.555
(-) Capital a Realizar		(411)	(323)
<b>Reserva de Sobras</b>		<b>48.341</b>	<b>38.828</b>
<b>Sobras Acumuladas</b>		<b>6.919</b>	<b>3.100</b>
<b>TOTAL</b>		<b>781.499</b>	<b>668.374</b>

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

**Demonstrações de Sobras ou Perdas** (em 31/12/2017 e de 2016 | em milhares de R\$)

	Nota	2º SEM.2017	31/12/2017	31/12/2016
<b>Ingressos da Intermediação Financeira</b>		<b>47.451</b>	<b>94.753</b>	<b>99.158</b>
Operações de Crédito	7.1	47.148	93.791	96.782
Result de Op. com Tit. e Valores Mobil. e Instr. Finan.	5.1	303	962	2.376
<b>Dispêndios da Intermediação Financeira</b>		<b>(36.458)</b>	<b>(76.860)</b>	<b>(82.402)</b>
Operações de Captação no Mercado	13.2	(15.110)	(33.632)	(33.156)
Operações de Empréstimos, Cessão e Repasses	14.3	(4.635)	(9.347)	(9.107)
Reversão/Provisão para Operações de Créditos		(16.713)	(33.881)	(40.139)
<b>Resultado Bruto Intermediação Financeira</b>		<b>10.993</b>	<b>17.893</b>	<b>16.756</b>
<b>Outros Ingressos/Rec. (Dispêndios/Disp.) Op.</b>		<b>3.112</b>	<b>8.336</b>	<b>1.814</b>
Receitas (Ingressos) de Prestação de Serviços		5.768	10.387	6.971
Rendas (Ingressos) de Tarifas		3.804	6.874	5.658
Dispêndios/Despesas de Pessoal	21	(8.400)	(16.253)	(14.660)
Outras Dispêndios/Despesas Administrativas	22	(10.027)	(19.348)	(15.691)
Dispêndios/Despesas Tributárias		(516)	(937)	(690)
Ingressos de Depósitos Intercooperativos	6.1	11.924	24.984	15.832
Outros Ingressos/Rendas Operacionais	23	2.768	6.012	6.483
Outros Dispêndios/Despesas Operacionais	24	(2.209)	(3.383)	(2.089)
<b>Resultado Operacional</b>		<b>14.105</b>	<b>26.229</b>	<b>18.570</b>
<b>Resultado Não Operacional</b>	<b>25</b>	<b>39</b>	<b>(31)</b>	<b>19</b>
<b>Resultado Antes da Tributação e Participações</b>		<b>14.144</b>	<b>26.198</b>	<b>18.589</b>
Imposto de Renda e Contribuição Social		-	-	-
Participações nos Resultados de Empregados		(583)	(1.122)	(742)
<b>Sobras / Perdas antes das Destinações</b>		<b>13.561</b>	<b>25.076</b>	<b>17.847</b>
<b>Destinações legais e Estatutárias</b>			<b>(10.563)</b>	<b>(5.343)</b>
F.A.T.E.S.			(1.050)	(1.081)
Reserva Legal			(9.513)	(4.262)
<b>Resultado antes do Juros ao Capital</b>			<b>14.513</b>	<b>12.504</b>
Juros ao Capital	20		(7.594)	(9.404)
<b>Sobras / Perdas Líquidas</b>			<b>6.919</b>	<b>3.100</b>

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

**Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido**

(em 31/12/2017 e de 2016 | em milhares de R\$)

Eventos	Capital		Reserva Legal	Sobras ou Perdas Acum.	Totais
	Capital Subscrito	Capital a Realizar			
<b>Saldo em 31/12/15</b>	<b>62.143</b>	<b>(217)</b>	<b>34.566</b>	<b>6.921</b>	<b>103.413</b>
<b>Destinação de Sobras Exerc. Anterior:</b>					
Ao Capital	6.864			(6.864)	-
Cotas Capital à Pagar - Ex-associados				(57)	(57)
<b>Movimentações de Capital:</b>					
Por Subscrição/Realização	2.590	(106)			2.484
Por Devolução (-)	(3.221)				(3.221)
Estorno de Capital	(6)				(6)
<b>Reversões de Reservas</b>					
Sobras ou Perdas Líquidas				17.847	17.847
Provisão de Juros ao Capital				(9.404)	(9.404)
Subscrição do Juros ao Capital	9.404				9.404
Juros ao Capital Pago em Conta Corrente	(1.775)				(1.775)
Juros ao Capital à Pagar - Ex-associados	(177)				(177)
IRRF sobre Juros ao Capital	(267)				(267)
<b>Fates Atos Não Cooperativos</b>				(694)	(694)
<b>Destinação das Sobras do Exercício:</b>					
. Fundo de Reserva			4.262	(4.262)	-
. F A T E S				(387)	(387)
<b>Saldo em 31/12/16</b>	<b>75.555</b>	<b>(323)</b>	<b>38.828</b>	<b>3.100</b>	<b>117.160</b>
<b>Saldo em 31/12/16</b>	<b>75.555</b>	<b>(323)</b>	<b>38.828</b>	<b>3.100</b>	<b>117.160</b>
<b>Destinação de Sobras Exerc. Anterior:</b>					
Ao Capital	3.072			(3.072)	-
Cotas Capital à Pagar - Ex-associados				(28)	(28)
<b>Movimentações de Capital:</b>					
Por Subscrição/Realização	2.973	(88)			2.885
Por Devolução (-)	(5.209)				(5.209)
Estorno/Cancelamento de Capital (-)	(112)				(112)
Sobras ou Perdas Líquidas				25.076	25.076
Provisão de Juros ao Capital				(7.594)	(7.594)
Subscrição do Juros ao Capital	7.594				7.594
Juros ao Capital Pago em Conta Corrente	(1.436)				(1.436)
Juros ao Capital à Pagar - Ex-associados	(177)				(177)
IRRF sobre Juros ao Capital	(154)				(154)
<b>Fates Atos Não Cooperativos</b>				(185)	(185)
<b>Destinação das Sobras do Exercício:</b>					
. Fundo de Reserva			9.513	(9.513)	-
. F A T E S				(865)	(865)
<b>Saldo em 31/12/2017</b>	<b>82.106</b>	<b>(411)</b>	<b>48.341</b>	<b>6.919</b>	<b>136.955</b>
<b>Saldo em 30/06/17</b>	<b>77.317</b>	<b>(369)</b>	<b>38.828</b>	<b>8.085</b>	<b>123.861</b>
<b>Movimentações de Capital:</b>					
Por Subscrição/Realização	1.523	(42)			1.481
Por Devolução (-)	(2.505)				(2.505)
Estorno/Cancelamento de Capital (-)	(56)				(56)
<b>Reversões de Reservas</b>					
Sobras ou Perdas Líquidas				13.561	13.561
Provisão de Juros ao Capital				(4.164)	(4.164)
Subscrição do Juros ao Capital	7.594				7.594
Juros ao Capital Pago em Conta Corrente	(1.436)				(1.436)
Juros ao Capital à Pagar - Ex-associados	(177)				(177)
IRRF sobre Juros ao Capital	(154)				(154)
<b>Fates Atos Não Cooperativos</b>				(185)	(185)
<b>Destinação das Sobras do Exercício:</b>					
. Fundo de Reserva			9.513	(9.513)	-
. F A T E S				(865)	(865)
<b>Saldo em 31/12/17</b>	<b>82.106</b>	<b>(411)</b>	<b>48.341</b>	<b>6.919</b>	<b>136.955</b>

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

### Demonstrações dos Fluxos de Caixa (em 31/12/2017 e de 2016 | em milhares de R\$)

DESCRIÇÃO	2º SEM. 2017	31/12/2017	31/12/2016
<b>Atividades Operacionais</b>			
<b>Sobras/Perdas do Eerc Antes da Tributação e Part.</b>	<b>14.144</b>	<b>26.198</b>	<b>18.589</b>
IRPJ / CSLL	-	-	-
Participações nos Resultados de Empregados	(583)	(1.122)	(742)
Depreciações e Amortizações	604	1.211	1.093
Provisão de Juros ao Capital	(4.164)	(7.594)	(9.404)
Provisão para perda com operações de crédito	16.713	33.881	40.139
Result. de part. de coligadas e controladas e Distr. de Sobras	-	(767)	(1.493)
Resultado das baixas por obsolescência do Ativo Imobilizado	-	-	2
	<b>26.714</b>	<b>51.807</b>	<b>48.184</b>
<b>Aumento (redução) em ativos operacionais</b>			
Títulos e Valores Mobiliários	3.018	10.454	3.884
Relações Interfinanceiras	308	-	-
Operações de Crédito	(35.823)	(55.979)	(26.025)
Outros Créditos	1.328	511	(2.311)
Outros Valores e Bens	(593)	(535)	(2.850)
<b>Aumento (redução) em passivos operacionais</b>			
Depósitos a Vista	16.452	33.673	9.427
Depósitos sob Aviso	54	52	(96)
Depósitos a Prazo	(3.165)	52.817	92.755
Recur. De Aceites Cambiais, Letras	9.573	9.573	-
Outras Obrigações	(1.536)	2.307	(90)
Relações Interfinanceiras	(2.244)	852	(13.520)
Obrigações por Empréstimos e Repasses	-	960	(171)
Relações Interdependências	6.161	(6.903)	7.282
<b>Caixa Líquido Aplicado em Atividades Operacionais</b>	<b>20.247</b>	<b>99.589</b>	<b>116.469</b>
<b>Atividades de Investimentos</b>			
Recebimento Dividendos	-	767	563
Distribuição Sobras da Central	-	-	930
Aplicação no Intangível	(6)	(19)	(2)
Inversões em Imobilizado de Uso	(419)	(716)	(1.759)
Inversões em Investimentos	(291)	(1.075)	(2.261)
<b>Caixa Líquido Aplicado / Originado em Investimentos</b>	<b>(716)</b>	<b>(1.043)</b>	<b>(2.529)</b>
<b>Atividades de Financiamentos</b>			
Aumento por novos aportes de Capital	1.481	2.885	2.484
Devolução de Capital à Cooperados	(2.505)	(5.209)	(3.221)
Estorno/Cancelamento de Capital	(56)	(112)	(6)
Destinação de Sobras Exercício Anterior Cotas de Capital à Pagar	-	(28)	(57)
Destinação de Sobras Exercício Anterior em C/C Associados	-	-	-
Destinação de Sobras Exercício Anterior Ao FATES	-	-	-
FATES - Resultado de Atos Não Cooperativos	(185)	(185)	(694)
FATES Sobras Exercício	(865)	(865)	(387)
Juros ao Capital à Pagar Ex-associados	(177)	(177)	(177)
Subscrição do Juros ao Capital	7.594	7.594	9.404
Juros ao Capital Pago em Conta Corrente	(1.436)	(1.436)	(1.775)
IRRF sobre Juros ao Capital	(154)	(154)	(267)
<b>Caixa Líquido Aplicado / Originado em Financiamentos</b>	<b>3.697</b>	<b>2.313</b>	<b>5.304</b>
<b>Aumento / Redução Líquida das Disponibilidades</b>	<b>23.228</b>	<b>100.859</b>	<b>119.244</b>
<b>Modificações em Disponibilidades Líquida</b>			
No Início do Período	267.776	190.145	70.901
No Fim do Período	291.004	291.004	190.145
<b>Varição Líquida das Disponibilidades</b>	<b>23.228</b>	<b>100.859</b>	<b>119.244</b>

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

### Notas Explicativas (em 31/12/2017 e de 2016 | em milhares de R\$)

#### 1. Contexto Operacional

A COOPERATIVA DE CREDITO CENTRO SERRANA DO ESPIRITO SANTO - SICOOB CENTRO SERRANO - "SICOOB CENTRO-SERRANO" ou "Cooperativa", é uma cooperativa de crédito singular, instituição financeira não bancária, fundada em 29 de setembro de 1988, filiada à CCC DO ESPIRITO SANTO - SICOOB CENTRAL ES e componente da Confederação Nacional das Cooperativas do SICOOB - SICOOB CONFEDERAÇÃO, em conjunto com outras cooperativas singulares e centrais. Tem sua constituição e o funcionamento regulamentados pela Lei nº 4.595/1964, que dispõe sobre a Política e as Instituições Monetárias, Bancárias e Creditícias, pela Lei nº 5.764/1971, que define a Política Nacional do Cooperativismo, pela Lei Complementar nº 130/2009, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Crédito Cooperativo e pela Resolução CMN nº 4.434/2015, do Conselho Monetário Nacional, que dispõe sobre a constituição e funcionamento de cooperativas de crédito.

O SICOOB CENTRO-SERRANO possui 13 Postos de Atendimento (PAs) nas seguintes localidades: SANTA MARIA DE JETIBÁ - ES, ITAGUAÇU - ES, ITARANA - ES, SANTA TERESA - ES, BAIXO GUANDU - ES, DOMINGOS MARTINS - ES, SANTA LEOPOLDINA - ES, SÃO ROQUE DO CANAÃ - ES, VILA VELHA - ES

O SICOOB CENTRO-SERRANO tem como atividade preponderante a operação na área creditícia, tendo como finalidade:

- (i) Proporcionar, através da mutualidade, assistência financeira aos associados;

### Notas Explicativas (em 31/12/2017 e de 2016 | em milhares de R\$)

(ii) A formação educacional de seus associados, no sentido de fomentar o cooperativismo, através da ajuda mútua da economia sistemática e do uso adequado do crédito; e

(iii) Praticar, nos termos dos normativos vigentes, as seguintes operações dentre outras: captação de recursos, concessão de créditos, prestação de garantias, prestação de serviços, formalização de convênios com outras instituições financeiras e aplicação de recursos no mercado financeiro, inclusive depósitos a prazo com ou sem emissão de certificado, visando preservar o poder de compra da moeda e remunerar os recursos.

#### 2. Apresentação das demonstrações contábeis

As principais práticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações contábeis estão definidas a seguir. Essas práticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposto em contrário. As demonstrações contábeis são de responsabilidades da Administração da Cooperativa e foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis as instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, considerando as alterações exigidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, adaptadas às peculiaridades da legislação cooperativista e às normas e instruções do Banco Central do Brasil - BACEN, bem como apresentadas conforme o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF. Consideram ainda, no que for julgado pertinente e relevante, os pronunciamentos, orientações e as interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão.

Em aderência ao processo de convergência com as normas internacionais de Contabilidade, algumas Normas e suas Interpretações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), as quais serão aplicadas às instituições financeiras quando aprovadas pelo Banco Central do Brasil.

#### 3. Resumo das principais práticas contábeis

##### (a) Apuração do resultado

Os ingressos/receitas e os dispêndios/despesas são registradas de acordo com o regime de competência.

As receitas com prestação de serviços, típicas ao sistema financeiro, são reconhecidas quando da prestação de serviços ao associado ou a terceiros.

Os dispêndios e as despesas e os ingressos e receitas operacionais, são proporcionalizados de acordo com os montantes do ingresso bruto de ato cooperativo e da receita bruta de ato não-cooperativo, quando não identificados com cada atividade.

##### (b) Estimativas contábeis

Na elaboração das demonstrações contábeis faz-se necessário utilizar estimativas para determinar o valor de certos ativos, passivos e outras transações considerando a melhor informação disponível. Incluem, portanto, estimativas referentes à provisão para créditos de liquidação duvidosa, à vida útil dos bens do ativo imobilizado, provisões para causas judiciais, dentre outros. Os resultados reais podem apresentar variação em relação às estimativas utilizadas.

##### (c) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa, conforme Resolução CMN nº 3.604/2008, incluem as rubricas caixa, depósitos bancários e as relações interfinanceiras de curto prazo e de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valores e limites, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias.

##### (d) Operações de crédito

As operações de crédito com encargos financeiros préfixados são registradas a valor futuro, retificadas por conta de rendas a apropriar e as operações de crédito pós-fixadas são registradas a valor presente, calculadas por critério «pro rata temporis», com base na variação dos respectivos indexadores pactuados.

##### (e) Provisão para operações de crédito

Constituída em montante julgado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas na realização dos valores a receber, levando-se em consideração a análise das operações em aberto, as garantias existentes, a experiência passada, a capacidade de pagamento e liquidez do tomador do crédito e os riscos específicos apresentados em cada operação, além da conjuntura econômica.

As Resoluções CMN nº 2697/2000 e 2.682/1999 estabeleceram os critérios para classificação das operações de crédito definindo regras para constituição da provisão para operações de crédito, as quais estabelecem nove níveis de risco, de AA (risco mínimo) a H (risco máximo).

##### (f) Depósitos em garantia

Existem situações em que a Cooperativa questiona a legitimidade de determinados passivos ou ações em que figura como polo passivo. Por conta desses questionamentos, por ordem judicial ou por estratégia da própria administração, os valores em questão podem ser depositados em juízo, sem que haja a caracterização da liquidação do passivo.

##### (g) Investimentos

Representados substancialmente por quotas do SICOOB CENTRAL ES e ações do Bancoob, avaliadas pelo método de custo de aquisição.

##### (h) Imobilizado

Equipamentos de processamento de dados, móveis, utensílios e outros equipamentos, instalações, edificações, veículos, benfeitorias em imóveis de terceiros e softwares, são demonstrados pelo custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada. A depreciação é calculada pelo método linear para reduzir o custo de cada ativo a seus valores residuais de acordo com as taxas aplicáveis e levam em consideração a vida útil econômica dos bens.

##### (i) Intangível

Correspondem aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da Cooperativa ou exercidos com essa finalidade. Os ativos intangíveis com vida útil definida são geralmente amortizados de forma linear no decorrer de um período estimado de benefício econômico.

Notas Explicativas (em 31/12/2017 e de 2016 | em milhares de R\$)

(j) Ativos contingentes

Não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui total controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis sobre as quais não cabem mais recursos contrários, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com probabilidade de êxito provável, quando aplicável, são apenas divulgados em notas explicativas às demonstrações contábeis.

(k) Obrigações por empréstimos e repasses

As obrigações por empréstimos e repasses são reconhecidas inicialmente no recebimento dos recursos, líquidos dos custos da transação. Em seguida, os saldos dos empréstimos tomados são acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido ("pro rata temporis"), assim como das despesas a apropriar referente aos encargos contratados até o final do contrato, quando calculáveis.

(l) Demais ativos e passivos

São registrados pelo regime de competência, apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidos, até a data do balanço. Os demais passivos são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridos.

(m) Provisões e Passivos contingentes

As provisões são reconhecidas quando a Cooperativa tem uma obrigação presente legal ou implícita como resultado de eventos passados, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para saldar uma obrigação legal. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Passivos contingentes

As ações com chance de perda possível são apenas divulgadas em nota explicativa às demonstrações contábeis e as ações com chance remota de perda não são divulgadas.

(n) Obrigações legais

São aquelas que decorrem de um contrato por meio de termos explícitos ou implícitos, de uma lei ou outro instrumento fundamentado em lei, aos quais a Cooperativa tem por diretriz.

(o) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro são calculados sobre o resultado apurado em operações consideradas como atos não-cooperativos de acordo com o Decreto 3.000/1999, art. 183. O resultado apurado em operações realizadas com cooperados não tem incidência de tributação conforme art. 182 do mesmo Decreto.

(p) Segregação em circulante e não circulante

Os valores realizáveis e exigíveis com prazos inferiores a 360 dias estão classificados no circulante, e os prazos superiores, no longo prazo (não circulante).

(q) Valor recuperável de ativos – impairment

A redução do valor recuperável dos ativos não financeiros (impairment) é reconhecida como perda, quando o valor de contabilização de um ativo, exceto outros valores e bens, for maior do que o seu valor recuperável ou de realização. As perdas por "impairment", quando aplicável, são registradas nas sobras do período em que foram identificadas. Em 31 de dezembro de 2017 e de 2016 não existem indícios da necessidade de redução do valor recuperável dos ativos não financeiros.

(r) Eventos subsequentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações contábeis e a data de autorização para a sua emissão. São compostos por:

- Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações contábeis; e
- Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações contábeis.

Não houve qualquer evento subsequente que mereça divulgação para as demonstrações contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2017.

4. Disponibilidade

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Caixa (a)	2.292	1.728
Deposito Bancário Bancoob/Banestes	6	1
Numerário em Trânsito (b)	247	820
<b>Total</b>	<b>2.545</b>	<b>2.549</b>

(a) Numerário em tesouraria e terminais de autoatendimento das agências da Cooperativa.

(b) Numerário custodiado em empresas de guarda de valores.

5. Títulos e valores mobiliários

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, as aplicações em Títulos e Valores Mobiliários estavam assim compostas:

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Título De Renda Fixa – Circulante	813	6.760
Título De Renda Fixa – Não circulante	4.834	9.341
<b>Total</b>	<b>5.647</b>	<b>16.101</b>

Os Títulos de Renda Fixa referem-se, substancialmente, a aplicações em Certificados de Depósitos Interfinanceiros – CDI, no SICOOB CENTRAL ES, com remuneração de, aproximadamente, 100% do CDI. Tal

recurso refere-se a operações que estão vinculadas ao Acordo de Compensação assinado entre a Cooperativa e o Bancoob com o objetivo de mitigação de risco de crédito, sendo seus vencimentos correspondentes aos vencimentos dos contratos de repasse do crédito rural.

5.1 Resultado de Operações com Tit. E Valores Mobil. e Instr. Financeiros

É constituído pelas receitas aplicações em Certificados de Depósitos Interfinanceiros – CDI, no SICOOB CENTRAL ES, com remuneração de, aproximadamente, 100% do CDI.

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Rdc - pós-fixado	962	2.376
<b>Total</b>	<b>962</b>	<b>2.376</b>

6. Relações interfinanceiras

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, as aplicações em Relações Interfinanceiras estavam assim compostas:

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Centralização Financeira – Cooperativas (a)	288.459	187.596
<b>Total</b>	<b>288.459</b>	<b>187.596</b>

(a) Referem-se à centralização financeira das disponibilidades líquidas da Cooperativa, depositadas junto ao SICOOB CENTRAL ES conforme determinado no art. 24, da Resolução CMN nº 4.434/15.

6.1 As receitas recebidas dessa transação resultaram em 31/12/2017 no montante de R\$ 24.984 (31/12/2016 – R\$ 15.832) com o título na Demonstração de Sobras e Perdas de "Ingressos de Depósitos Intercooperativos".

7. Operações de crédito

As operações de crédito estão classificadas de acordo com o risco apresentado, amparadas por informações internas e externas em relação aos devedores e seus garantidores e em relação à operação, levando-se em conta, ainda, as situações de renda e patrimônio, bem como, outras informações cadastrais do devedor, conforme preconizado nas Resoluções nº 2.682/99 e nº 2.697/00 do Conselho Monetário Nacional.

a) Composição da carteira de crédito por modalidade:

Operações de Crédito	31/12/2017	31/12/2016
Adiantamento a Depositantes	609	847
Cheque Especial	4.592	5.038
Conta Garantida	7.703	7.085
Empréstimo	261.500	227.859
Títulos Descontados	29.469	33.701
Financiamentos	28.451	30.643
Financiamentos Rurais	159.231	162.652
Total da Carteira de Crédito	491.555	467.825
(Provisão para operações de Crédito)	-39.256	-37.622
<b>Total da Carteira de Crédito Líquido de Provisões</b>	<b>452.299</b>	<b>430.203</b>

b) Composição da carteira de crédito por faixa de vencimento:

Descrição	Até 90	De 91 até 360	Acima de 360	Total
Adiantamento a Depositantes	609	0	0	609
Cheque Especial	4.592	0	0	4.592
Conta Garantida	7.703	0	0	7.703
Empréstimos	35.178	99.912	126.410	261.500
Títulos Descontados	28.356	1.113	0	29.469
Financiamentos	3.373	7.788	17.291	28.452
Financiamentos Rurais	28.811	91.813	38.606	159.230
<b>TOTAL</b>	<b>108.622</b>	<b>200.626</b>	<b>182.307</b>	<b>472.053</b>

c) Composição por tipo de operação, e classificação por nível de risco de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999:

Carteira	Curso	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	31/12/17	31/12/16
											Total	Total
Adiantamento a Depositantes	Nor.	0	1	31	51	45	7	5	1	7	148	150
	Anor.	0	0	0	22	40	80	27	37	255	461	697
Cheque Especial	Nor.	0	16	1.407	1.776	796	219	76	52	250	4592	5.038
	Anor.	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Conta Garantida	Nor.	0	363	2.037	4.414	414	134	86	39	216	7703	7.085
	Anor.	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Empréstimo	Nor.	3.463	37.164	91.462	60.956	18.598	4.364	4.128	1.980	9.288	231403	197.944
	Anor.	0	0	427	4.255	9.459	4.148	3.028	1.404	7.376	30097	29.915
Títulos Descont.	Nor.	3.365	17.440	3.619	3.041	0	0	23	0	100	27588	31.653
	Anor.	0	0	330	552	483	384	52	8	72	1881	2.048
Financ.	Nor.	106	8.100	11.508	5.669	991	171	75	7	157	26784	26.345
	Anor.	0	0	166	304	747	282	9	40	119	1667	4.298
Financ. Rurais	Nor.	0	7.450	110.987	31.034	4.130	1.863	397	259	956	157076	160.922
	Anor.	0	0	87	434	500	445	38	124	527	2155	1.730
Total Normal	Nor.	6.934	70.534	221.051	106.941	24.974	6.758	4.790	2.338	10.974	455.294	429.137
Total Anormal	Anor.	0	0	1.010	5.567	11.229	5.339	3.154	1.613	8.349	36.261	38.688
<b>Total</b>		<b>6.934</b>	<b>70.534</b>	<b>222.061</b>	<b>112.508</b>	<b>36.203</b>	<b>12.097</b>	<b>7.944</b>	<b>3.951</b>	<b>19.323</b>	<b>491.555</b>	<b>467.825</b>

d) Composição da provisão por classificação de nível de risco de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999:

Notas Explicativas (em 30/07/2017 e de 2016 | em milhares de R\$)

Nível de Risco	% Provisão	31/12/2017		31/12/2016	
		Valor Operações	Provisão Constituída	Valor Operações	Provisão Constituída
AA	-	6.932	0	8.463	0
A	0,5	70.534	353	101.988	509
B	1	222.069	2.221	228.460	2.285
C	3	112.507	3.375	73.550	2.207
D	10	36.202	3.620	13.663	1.366
E	30	12.096	3.629	6.339	1.902
F	50	7.943	3.971	9.704	4.852
G	70	3.950	2.765	3.857	2.700
H	100	19.322	19.322	21.801	21.801
<b>Total</b>		<b>491.555</b>	<b>39.256</b>	<b>467.825</b>	<b>37.622</b>

e) Composição da carteira de crédito por tipo de produto, cliente e atividade econômica:

Descrição	Conta Corrente	Empr./Financ.	Título Descont.	Crédito Rural	31/12/2017	% da Carteira
Setor Privado - Comércio	2.807	66.609	5.271	0	74.687	15%
Setor Privado - Indústria	507	14.390	4.015	0	18.912	4%
Setor Privado - Serviços	4.601	110.222	14.253	80	129.156	26%
Pessoa Física	4.960	85.248	4.354	147.429	241.991	49%
Outros	29	13.482	1.576	11.722	26.809	6%
<b>TOTAL</b>	<b>12.904</b>	<b>289.951</b>	<b>29.469</b>	<b>159.231</b>	<b>491.555</b>	<b>100%</b>

f) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa de operações de crédito:

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Saldo Inicial	37.622	29.425
Constituições	34.285	38.511
Transferência para prejuízo	(32.651)	(30.314)
<b>TOTAL</b>	<b>39.256</b>	<b>37.622</b>

g) Concentração dos Principais Devedores:

Descrição	31/12/2017	% Carteira Total	31/12/2016	% Carteira Total
Maior Devedor	9.627	2%	9.639	2%
10 Maiores Devedores	57.568	12%	51.096	11%
50 Maiores Devedores	135.874	28%	115.644	25%

h) Movimentação de Créditos Baixados Como Prejuízo:

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Saldo inicial	50.990	23.099
Valor das operações transferidas no período	32.651	30.314
Valor das operações recuperadas no período	(4.859)	(2.415)
Valor dos juros recebidos nas operações recuperadas	0	13
Valor dos descontos concedidos nas operações recuperadas	(55)	(21)
<b>TOTAL</b>	<b>78.728</b>	<b>50.990</b>

7.1 Operações de Crédito

A receita da intermediação financeira com operações de crédito compreende as receitas de juros de empréstimos e financiamentos, desconto de duplicatas, conta garantida, cheque especial, adiantamento a depositante, repasses de recursos do Bancoob e Sicoob Central ES.

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Rendas de adiantamentos a depositantes	571	652
Rendas de empréstimos	62.712	64.573
Rendas de direitos creditórios descontados	8.624	11.174
Rendas de financiamentos	6.253	7.744
Rendas financiamentos rurais - aplicações livres	1.452	1.341
Rendas financ rurais - aplic repassadas e refinanc	9.327	8.889
Recuperação de créditos baixados como prejuízo	4.852	2.409
<b>TOTAL</b>	<b>93.791</b>	<b>96.782</b>

8. Outros créditos

Valores referentes às importâncias devidas à Cooperativa por pessoas físicas ou jurídicas domiciliadas no País, conforme demonstrado:

8.1 Descrição – Curto Prazo	31/12/2017	31/12/2016
Avais e Fianças Honradas	1.275	1.588
Créditos por avais e fianças honradas	1.275	1.588
Rendas a Receber	2.330	2.614
Rendas de convenio a receber	53	42
Rendas a receber - Cartões	417	374
Centralização financeira	1.617	2.102

Rendas a receber seguros	93	0
Outras Rendas a Receber	150	93
Diversos	1.130	1.500
Antecipação Salariais	101	160
Adiantamento de Salário	7	6
Adiantamento de Férias	94	154
Adiantamentos Diversos	1	3
Adiantamento para despesas Diversas	1	3
Adiantamentos Por Conta de Imobilizações	6	15
Adiantamento por conta de Imobilizações	6	15
Impostos e Contribuições a Compensar	542	804
Saldo Negativo IRPJ – Exercício anteriores	379	472
Saldo Negativo CSLL– Exercício anteriores	156	332
Cofins a Compensar	6	0
Pis a Compensar	1	0
Pagamentos a Ressarcir	2	163
Confederação Nacional das Cooperativas de Crédito	0	4
Outros	2	159
Títulos de Crédito a Receber	296	220
Tarifas a Receber	296	220
Devedores Diversos - País	182	135
Pro agro a Receber	3	0
Faltas de Caixa	0	8
Pendências a Regularizar	117	80
Seguros Contratados a Receber	0	0
Plano de Saúde a Receber	11	6
Pendências a Regularizar Bancoob	51	41
<b>Total</b>	<b>4.735</b>	<b>5.702</b>
<b>(-) Provisão para Outros Créditos</b>	<b>(865)</b>	<b>(1.253)</b>
(-) Avais e Fianças Honradas	(865)	(1.253)
<b>Total Outros créditos Líquido</b>	<b>3.870</b>	<b>4.449</b>

8.2 Descrição – Longo Prazo	31/12/2017	31/12/2016
Devedores por Depósito e Garantia (a)	2.012	1.943
Pis – Deposito Judicial	321	310
Cofins – Deposito Judicial	1.691	1.632
Outros	0	1
<b>Total</b>	<b>2.012</b>	<b>1.943</b>

(a) Valores referentes a interposição de recursos fiscais registrados no ativo e passivo, classificados a longo prazo, sendo seus vencimentos previstos para conclusão dos processos citados na Nota 16.5.

9. Outros valores e bens

Encontram-se registrados neste grupo:

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Bens não de Uso Próprio (a)	3.887	3.296
Imóveis	3.568	3.296
Veículos e Afins	19	0
Bens em Regime Especial	300	-
Almoxarifado	65	128
(-) Prov. para desvalorização de Outros Valores e Bens (b)	(10)	(1)
Despesa Antecipada	43	27
Prêmio de seguros	10	13
Outros	33	14
<b>Total</b>	<b>3.985</b>	<b>3.450</b>

(a) Em Bens Não de Uso Próprio está registrado o valor referente aos bens recebidos como dação em pagamento de dívidas, não estando sujeitos a depreciação ou correção;

(b) Refere-se a provisão com base em laudo atualizado dos valores de mercados dos bens não de uso próprio;

10. Investimentos

O saldo é representado por quotas do SICOOB CENTRAL ES e ações do BANCOOB.

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Cooperativa Central de Credito do Espirito Santo – Sicoob Central	10.104	10.004
Participações em Cooperativa Central de Credito	10.104	10.004
Banco Cooperativo do Brasil S.A. – BANCOOB	6.619	5.644
Participações em Instit. Fin. Controlada por Cooperativa Crédito	6.619	5.644
<b>Total</b>	<b>16.723</b>	<b>15.648</b>

11. Imobilizado de uso

Demonstrado pelo custo de aquisição, menos depreciação acumulada. As depreciações são calculadas pelo método linear, com base em taxas determinadas pelo prazo de vida útil estimado conforme abaixo:

Notas Explicativas (em 30/07/2017 e de 2016 | em milhares de R\$)

Descrição	Taxa de Depr.	31/12/2017	31/12/2016
Imobilizado em Curso		-	47
Saldo Imobilizado em Curso		-	47
Terrenos	-	81	81
Edificações	4%	2.642	2.614
(-) depreciação acumulada de imóveis de uso-edificações		(671)	(570)
Saldo Imobilizado de Uso		2.052	2.044
Instalações	10%	3.414	3.124
(-) depreciação acumulada de instalações		(1.895)	(1.374)
Saldo Instalações		1.519	1.750
Móveis e Equipamentos	10%	2.670	2.511
(-) depreciação acumulada de móveis e equipamentos de uso		(1.355)	(1.131)
Saldo Móveis e Equipamentos		1.315	1.380
Sistema de Processamento de Dados	10%	2.081	1.855
(-) sistema de processamento de dados		(1.551)	(1.350)
Saldo Sistema de Processamento de Dados		530	505
Sistemas de Comunicação	20%	202	187
(-) sistema de comunicação-equipamentos		(92)	(76)
Saldo Sistemas de Comunicação		113	111
Sistemas de Segurança	10%	727	685
(-) depreciação acumulada - sistema de segurança		(419)	(355)
Saldo Sistemas de Segurança		308	330
Sistemas de Transporte	20%	171	171
(-) depreciação acumulada - sistema de transporte		(144)	(116)
Saldo Sistemas de Transporte		27	53
Subtotal		11.991	11.275
Depreciação acumulada		(6.127)	(4.972)
<b>Total Líquido Imobilizado.</b>		<b>5.864</b>	<b>6.303</b>

(\*) As imobilizações em curso serão alocadas em grupo específico após a conclusão das obras e efetivo uso, quando passaram a ser depreciadas.

## 12. Intangível

Descrição	Custo	Amort. acumulada	Taxa de Amortização	31/12/2017	31/12/2016
Direito de Uso	643	(548)	10%	643	624
Total				643	624
Amortização acumulada				(548)	(492)
<b>Total</b>				<b>95</b>	<b>132</b>

## 13. Depósitos

É composto de valores cuja disponibilidade é imediata aos associados, denominado de depósitos a vista, portanto sem prazo determinado para movimentá-lo, ficando a critério do portador dos recursos fazê-lo conforme sua necessidade.

É composto também por valores pactuados para disponibilidade em prazos pré-estabelecidos, denominados depósitos a prazo, os quais recebem atualizações por encargos financeiros remuneratórios conforme a sua contratação em pós ou pré-fixada. Suas remunerações pós-fixadas são calculadas com base no critério de pro rata temporis, já a remunerações pré-fixadas são calculadas o prazo final da operações, tendo o valor futuro, a data do demonstrativo contábil, apresentado em conta redutora.

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Depósito à Vista	98.094	64.420
Depósito Sob Aviso	6.100	6.048
Depósito a Prazo	355.925	303.109
<b>Total</b>	<b>460.119</b>	<b>373.577</b>

Os depósitos, até o limite de R\$ 250, por CPF/CNPJ, estão garantidos pelo Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop), o qual é uma associação civil sem fins lucrativos, com personalidade jurídica de direito privado de abrangência nacional, regida pelo presente Estatuto e pelas disposições legais e regulamentares aplicáveis, conforme, constituído conforme Resoluções CMN nº4.284/13. As instituições associadas são todas as cooperativas singulares de crédito e os bancos cooperativos.

Descrição	31/12/2017	% Carteira Total	31/12/2016	% Carteira Total
Maior Depositante	10.408	2%	13.114	3%
10 Maiores Depositantes	43.079	9%	32.310	8%
50 Maiores Depositantes	93.234	20%	69.388	18%

### 13.1 Recursos de Aceites Cambiais, Letras Imobiliárias

As letras de câmbio e as letras imobiliárias e hipotecárias são títulos de captação criados com finalidades específicas, mas que, atualmente não são expressivos em relação ao volume global das captações das instituições financeiras.

A Letra de Crédito do Agronegócio é um título de crédito nominativo, que é uma promessa de pagamento em dinheiro, emitido exclusivamente pela Cooperativa. A emissão da Letra é condicionada à existência e disponibilidade na Cooperativa de direitos e créditos relacionados com a produção, comercialização, beneficiamento ou industrialização de produtos ou insumos agropecuários ou máquinas e implementos utilizados na atividade agropecuária.

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Obrig. por Emissão Letras Crédito Agronegócio	9.573	0
<b>Total</b>	<b>9.573</b>	<b>0</b>

### 13.2 Operações de Captação no Mercado

A despesas de captação no mercado estão relacionadas principalmente aos recursos obtidos no mercado local através de Depósitos a Prazo e Depósitos Sob Aviso.

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Despesas de depósitos de aviso prévio	566	770
Despesas com captação-r.d.c.	32.348	31.908
Despesas de Letras de Crédito do Agronegócio	57	0
Contribuição ordinária - fgcoop	661	478
<b>Total</b>	<b>33.632</b>	<b>33.156</b>

### 14. Relações Interfinanceiras e Obrigações por empréstimos e repasses

São demonstradas pelo valor principal acrescido de encargos financeiros e registram os recursos captados junto a outras instituições financeiras para repasse aos associados em diversas modalidades e Capital de Giro. As garantias oferecidas são a caução dos títulos de créditos dos associados beneficiados.

#### 14.1 Relações Interfinanceiras:

São demonstradas pelo valor principal acrescido de encargos financeiros e registram os recursos captados junto a outras instituições financeiras para repasse aos associados em diversas modalidades e Capital de Giro. As garantias oferecidas são a caução dos títulos de créditos dos associados beneficiados.

#### Relações Interfinanceiras:

Instituições	Taxa	Venc.	31/12/2017		31/12/2016
			Circulante Até 1 ano	Não Circulante - Acima de 1 ano	
BANCOOB	Diversas	Diversos	85.968	37.407	131.071
Sicoob Central ES	Diversas	Diversos	15.007	9.476	15.936
<b>Total</b>			<b>100.975</b>	<b>46.883</b>	<b>147.007</b>

#### 14.2 Obrigações por Empréstimos e Repasses:

Instituições	Taxa	Venc.	31/12/2017		31/12/2016
			Circulante - Até 1 ano	Não Circulante - Acima de 1 ano	
Sicoob Central ES	Diversas	Diversos	4.985	-	4.000
HSBC			24	-	48
<b>Total</b>			<b>5.009</b>	<b>-</b>	<b>4.048</b>

#### 14.3 Operações de Empréstimos, Cessões e Repasses

Estas despesas são especialmente representadas por juros e atualização monetária sobre repasses de recursos, obtidos junto ao Bancoob e Sicoob Central.

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Despesas com Empréstimo Rotativo Central	435	585
Outras instituições	-	1
Despesas de repasse - Central	1.498	1.162
Despesas de repasse - Bancoob	7.414	7.359
<b>Total</b>	<b>9.347</b>	<b>9.107</b>

### 15. Relações Interdependências

As relações de interdependências que o Sicoob possuiem tratasse de recursos em trânsito de terceiros para cumprimento de ordens de pagamento por conta de terceiros.

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Ordens de Pagamento	6.069	13.116
Recebimento em Transito de Terceiros	164	20
<b>Total</b>	<b>6.233</b>	<b>13.136</b>

### 16. Outras Obrigações

#### 16.1 Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Operações de Crédito - IOF	203	48
Operações com títulos e valores mobiliários - IOF	1	2
Convênios Municipais	0	3
<b>Total</b>	<b>204</b>	<b>53</b>

#### 16.2 Sociais e Estatutárias

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
FATES - Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social (a)	2.564	2.996
Provisão para Participações nos Lucros - empregados (b)	676	719
Gratificações a Dirigentes (c)	80	77
Cotas de Capital a Pagar (d)	2.856	2.367
<b>Total</b>	<b>6.176</b>	<b>6.159</b>

(a) O FATES é destinado a atividades educacionais, à prestação de assistência aos cooperados, seus

Notas Explicativas (em 30/07/2017 e de 2016 | em milhares de R\$)

familiares e empregados da cooperativa, sendo constituído pelo resultado dos atos não cooperativos e 5% das sobras líquidas do ato cooperativo, conforme determinação estatutária. A classificação desses valores em contas passivas segue determinação do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF;

(b) Consubstanciada pela Lei 10.101/00, e acordo coletivo, a Cooperativa provisionou o montante de R\$ 676 a título de participação dos empregados nos resultados, com o pagamento efetivado em 31/01/18;

(c) Refere-se a provisão para pagamento de bônus para Diretoria Executiva;

(d) Refere-se a cotas de capital a devolver de associados desligados.

### 16.3 Fiscais e Previdenciárias

As obrigações fiscais e previdenciárias, classificadas no passivo na conta de Outras Obrigações estão assim compostas:

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Imposto e contribuições s/ serviços de terceiros	98	102
Imposto e contribuições s/ salários	518	498
Outros	381	471
<b>Total</b>	<b>997</b>	<b>1.071</b>

### 16.4 Diversas

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Obrigações Por Prestação De Serviços De Pagamento (a)	926	655
Despesas de Pessoal	1228	1119
Água/energia/gás	0	0
Aluguéis	49	45
Comunicações	26	86
Propaganda e publicidade	0	0
Segurança e vigilância	106	0
Manutenção e conservação de be	42	3
Transporte	48	6
Plano de saúde	89	6
Compensação	104	175
Seguros a recolher	3	3
Seguro prestamista	321	358
Provisão de despesas com cartões	134	109
Outras despesas administrativa	105	48
Provisão para Garantias Prestadas	1668	755
Pendências a regularizar	22	36
Diferença de caixa	22	12
Pagamentos a processar	3	265
Pendências a regularizar banco	198	35
Cooperativa central	209	67
Valores a pagar arrecadação	21	16
Taxas alienação de veículos a	14	9
Taxas de gravames a repassar	3	2
Cheques Descontados (b)	226	232
Credores diversos – Liquidação de cobrança	725	133
Outros	8	7
<b>Total</b>	<b>6.300</b>	<b>4.182</b>

a. Refere-se aos convênios de folhas de pagamento com empresas associadas;

b. Refere-se a cheques depositados relativo a descontos enviados a compensação, porém não baixados até a data-base de 31/12/2017.

### 16.5 Contingências Passivas

Considerando a avaliação dos consultores jurídicos quanto às chances de êxito em determinados questionamentos fiscais e trabalhistas em que a cooperativa é parte envolvida, foram constituídas as seguintes provisões, que estão registradas na rubrica provisões para contingências.

Descrição	31/12/2017		31/12/2016	
	Provisões para Contingências	Depósitos judiciais	Provisões para Contingências	Depósitos Judiciais
PIS (a)	321	231	310	310
COFINS (a)	1.691	1.691	1.632	1.632
Outras contingências	-	-	38	1
Cíveis (b)	33	-	-	-
<b>Total</b>	<b>2.045</b>	<b>2.012</b>	<b>1.980</b>	<b>1.943</b>

(a) PIS e COFINS - quando do advento da lei no. 9.718/98, a cooperativa entrou com ação judicial questionando a legalidade da inclusão de seus ingressos decorrentes de atos cooperados na base de cálculo do PIS e COFINS. Consequentemente, registrou as correspondentes obrigações referentes ao período de março de 1999 a dezembro de 2004, sendo que os valores equivalentes foram depositados em juízo e estão contabilizados na rubrica Depósitos em garantia;

(b) Refere-se a processo de dano moral e material que foram reclassificados da conta de "outras contingências".

Os processos judiciais em que a Cooperativa figura como pólo passivo, foram classificadas como perdas possíveis processos, totalizando R\$ 154.

### 17. Instrumentos financeiros

O SICOOB CENTRO SERRANO opera com diversos instrumentos financeiros, com destaque para disponibilidades, títulos e valores mobiliários, relações interfinanceiras, operações de crédito, depósitos a vista e a prazo, empréstimos e repasses.

Os instrumentos financeiros ativos e passivos estão registrados no balanço patrimonial a valores contábeis, os quais se aproximam dos valores justos.

### 18. Patrimônio líquido

#### (a) Capital Social

O capital social é representado por cotas-partes no valor nominal de R\$ 1,00 cada e integralizado por seus cooperados. De acordo com o Estatuto Social cada cooperado tem direito em um voto, independente do número de suas cotas-partes.

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Capital Social	81.695	75.232
Associados	38.705	29.221

#### (b) Reserva Legal

Representada pelas destinações estatutárias das sobras, no percentual de 55%, utilizada para reparar perdas e atender ao desenvolvimento de suas Atividades.

#### (c) Sobras Acumuladas

As sobras são distribuídas e apropriadas conforme Estatuto Social, normas do Banco Central do Brasil e posterior deliberação da Assembleia Geral Ordinária (AGO). Atendendo à instrução do BACEN, por meio da Carta Circular nº 3.224/2006, o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES é registrado como exigibilidade, e utilizado em despesas para o qual se destina, conforme a Lei nº 5.764/1971.

Em Assembleia Geral Ordinária, realizada em 06/04/2017, os cooperados deliberaram pela destinação das sobras do exercício findo em 31 de dezembro de 2016, a decisão foi para aumento do capital social, no valor de R\$ 3.100.

#### (D) Destinações estatutárias e legais

A sobra líquida do exercício terá a seguinte destinação:

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Sobra líquida do exercício	17.482	8.443
Lucro líquido decorrente de atos não-cooperativos apropriado ao FATES	(185)	(694)
Sobra líquida, base de cálculo das destinações	17.298	7.749
Destinações estatutárias		
Reserva legal - 55%	(9.513)	(4.262)
Fundo de assistência técnica, educacional e social - 5%	(865)	(387)
Sobra à disposição da Assembleia Geral	9.919	3.100

### 19. Resultado de atos não cooperativos

O resultado de atos não cooperativos tem a seguinte composição:

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Receita de prestação de serviços	7.630	4.820
Despesas específicas de atos não cooperativos	(1.543)	(708)
Despesas apropriadas na proporção das receitas de atos não cooperativos	(1.906)	(1.069)
Resultado operacional	4.181	3.043
Receitas (despesas) não operacionais, líquidas	(31)	71
Resultado de atos não cooperativos (lucro líquido)	4.150	3.114
Receitas tributáveis, mas que não compõem o Ato Não cooperativo	(3.964)	(2.420)
<b>Resultado destinado para o Fates Ato Não Cooperativo</b>	<b>185</b>	<b>694</b>

### 20. Juros sobre o Capital Próprio

A Cooperativa efetuou pagamento de juros ao capital próprio, visando remunerar o capital do associado. Os critérios para a provisão obedeceram a Lei Complementar 130, artigo 7º, de 17 de abril de 2009. A remuneração foi limitada ao valor da taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia – SELIC. O referido pagamento foi demonstrado na Demonstração de Sobras ou Perdas – DSP e na Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido – DMPL, conforme Circular BACEN nº 2.739/1997.

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Juros ao Capital	7.594	9.404
IRRF sobre juros ao capital	(154)	(267)
Juros ao Capital – Associados Desligados	(177)	(177)
Juros ao Capital Pago em Conta Corrente	(1.436)	(1.775)
Valor incorporado a conta capital	5.827	7.185

### 21. Dispêndios/Despesas com Pessoal

São constituídas pelos salários, honorários, benefícios e encargos provisionados e pagos aos empregados da Cooperativa.

Notas Explicativas (em 30/07/2017 e de 2016 | em milhares de R\$)

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Despesas de honorários	1295	1260
Despesas de pessoal - benefícios	3133	2735
Despesas de pessoal - encargos sociais	3162	2851
Despesas de pessoal - proventos	8268	7457
Despesas de remuneração de estagiários	394	353
Despesas de pessoal - outros	1	4
<b>Total</b>	<b>16.253</b>	<b>14.660</b>

**22. Outros Dispêndios/Despesas Administrativas**

Outras Despesas Administrativas são constituídas por despesas de manutenção de sua infra-estrutura operacional tais como, água, luz, telecomunicações, publicações, processamento de dados, além de serviços financeiros, de suporte técnico, consultoria, dentre outros.

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Despesas de água energia e gás	427	420
Despesas de aluguéis	1548	1309
Despesas de comunicações	644	538
Despesas de manutenção e conservação de bens	210	253
Despesas de material	219	254
Despesas de processamento de dados	2700	1282
Despesas de promoções e relações públicas	258	356
Despesas de propaganda e publicidade	268	112
Despesas de publicações	17	16
Despesas de seguros	31	16
Despesas de serviços do sistema financeiro	3839	4181
Despesas de serviços de terceiros	1056	929
Despesas de serviços de vigilância e segurança	1674	1480
Despesas de serviços técnicos especializados	842	669
Despesas de transporte	680	709
Despesas de viagem no país	53	35
Outras despesas administrativas	3671	2039
Despesas de amortização	56	53
Despesas de depreciação	1155	1040
<b>Total</b>	<b>19.348</b>	<b>15.691</b>

**23. Outros Ingressos/rendas operacionais**

Refletem principalmente recuperação de encargos e despesas, reversão de garantias prestadas, reversão provisão para contingência, receitas com cartão de crédito e delcrede.

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Reversão provisão para garantias prestadas	96	78
Reversão provisão para contingência	28	0
Rendas juros cartão de crédito	2487	2153
Rendas multas por atraso - cartão de crédito	397	621
Dividendos	767	563
Crédito receita sipag - faturamento	124	56
Crédito receita sipag - antecipação	479	129
Rendas intercâmbio - cartão de crédito	824	535
Rendas intercâmbio - cartão de débito	16	96
Distribuição de sobras da central	0	930
Rendas de repasses delcredere	599	1013
Outras rendas operacionais	195	309
<b>Total</b>	<b>6.012</b>	<b>6.483</b>

**24. Outros dispêndios/despesas operacionais**

São despesas de provisões para contingências, provisão de garantias prestadas, descontos concedidos em operações de crédito, cancelamento de tarifas pendentes e contribuição ao fundo de tecnologia da confederação.

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Contingentes	23	0
Provisão para garantias presta	1009	0
Operações de crédito	60	22
Perdas - fraudes externas	37	15
Perdas - práticas inadequadas	20	43
Perdas - falhas de gerenciamentos	28	0
Desc conc - crédito - recursos	2	0
Desc conc - crédito - aplicações	1	0
Descontos concedidos - operações	789	663
Bonificação de seguro prestamista	13	1
Correspondente bancário	260	191
Multa e juros diversos	1	2
Tarifa recebimento convênio - inss	4	3
Tarifas consultas/saques cirrus cabal	1	1

Passivos contingentes	0	51
Cancelamento - tarifas pendentes	482	425
Mensagens sms - cartões	4	1
Descontos concedidos - oper cred - crédito pessoal	38	55
Descontos concedidos - oper cred - proger equaliz	0	1
Outras despesas operacionais	3	10
Estorno juros mora - oper crédito - rpl	0	3
Estorno juros mora - oper crédito - rec repassados	0	4
Tarifa recebimento convênio - cras cartórios	5	0
Contrib. ao fundo ressarc. fraudes	23	10
Contrib. ao fundo ressarc. perdas operacionais	13	6
Contrib. ao fundo tecnologia da informação	562	571
Outras contrib. diversas	5	11
<b>Total</b>	<b>3.383</b>	<b>2.089</b>

**25. Resultado não operacional**

O Resultado Não Operacional consiste em receitas (despesas) provenientes da alienação de bens e direitos não diretamente relacionada ao desenvolvimento de sua atividade Cooperativista de Crédito.

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Ganhos de Capital	16	55
Reversão de Provisões não Operacionais	1	0
Outras Rendas não Operacionais	76	40
(-) Prejuízos em Transações com Valores e Bens	(78)	(51)
(-) Perdas de Capital	(14)	(6)
(-) Despesas de Provisões não Operacionais	(11)	(1)
(-) Outras Despesas não Operacionais	(21)	(18)
<b>Total</b>	<b>- 31</b>	<b>19</b>

**26. Partes Relacionadas**

As partes relacionadas existentes são as pessoas físicas que têm autoridade e responsabilidade de planejar, dirigir e controlar as atividades da cooperativa e membros próximos da família de tais pessoas.

As operações são realizadas no contexto das atividades operacionais da Cooperativa e de suas atribuições estabelecidas em regulamentação específica.

As operações com tais partes relacionadas não são relevantes no contexto global das operações da cooperativa, e caracterizam-se basicamente por transações financeiras em regime normal de operações, com observância irrestrita das limitações impostas pelas normas do Banco Central, tais como movimentação de contas correntes, aplicações e resgates de RDC e operações de crédito.

As garantias oferecidas em razão das operações de crédito são: avais, garantias hipotecárias, caução e alienação fiduciária.

Operações ativas das partes relacionadas – saldo em 31/12/2017:

Natureza da Operação de Crédito	Valor da Operação de Crédito	PCLD (Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa)	% da Operação de Crédito em Relação à Carteira Total
Cheque Especial	10	-	0%
Conta Garantida	95	(9)	1%
Crédito Rural	1.610	(16)	1%
Empréstimo	9.325	(385)	4%
Financiamento	309	(3)	1%
Títulos Descontados	353	(2)	1%

Percentual em relação a carteira ativa referente a movimentação total

Descrição	31/12/2017
Empréstimos e Financiamentos	1,32%
Títulos Descontados e Cheques Descontados	0,51%
Crédito Rural	0,34%

As garantias oferecidas pelas partes relacionadas em razão das operações de crédito são: avais, garantias hipotecárias, caução e alienação fiduciária.

Natureza da Operação de Crédito com garantias prestadas	31/12/2017
Crédito Rural	2.252
Empréstimos e Financiamentos	14.549

Operações passivas das partes relacionadas – saldo em 31/12/2017:

Natureza dos Depósitos	Valor do Depósito	% em Relação à Carteira Total	Taxa - %
Depósitos a Vista	1.656	1,69%	-
Depósitos a Prazo	3.923	1,06%	90%a 105% CDI

Foram realizadas transações com partes relacionadas, na forma de: depósito a prazo, cheque especial, conta garantida, cheques descontados, crédito rural – RPL, crédito rural – repasses, empréstimos, dentre outras, à taxa/remuneração relacionada no quadro abaixo, por modalidade:



**Notas Explicativas** (em 31/12/2017 e de 2016 | em milhares de R\$)

Natureza das operações (Ativas/Passivas)	Taxas Aplicadas em relação as partes relacionadas	Taxa aprovada pelo conselho de administração/ Diretoria Executiva
Cheque Especial	6,97% a.m	6,97% a.m
Conta garantida	5,97% a.m	5,97 a.m.
Desconto de Recebíveis	1,70% a.m. à 4,00% a.m	1,70% a.m. à 4,00% a.m
Empréstimos	1,40% a 4,85% a.m.	1,40% a 4,85% a.m.
Crédito Rural - RPL	1,25% a 2,80% a.m	1,25% a 2,80 a.m.
Crédito Rural - Repasses	2,50% a 11,25% a.a	2,50% a 11,25% a.a
Aplicações financeiras – RDC Longo CDI	90%a 105% CDI	90%a 105% CDI

Em 31/12/2017, os benefícios monetários e não monetários destinados às partes relacionadas foram representados por honorários, custeio parcial de plano de saúde, seguro de vida e previdência privada, apresentando-se da seguinte forma:

Benefício monetários	31/12/2017
Honorários e Cédula de Presença	1.160
Plano de Saúde / Seguro de Vida / Vale Alimentação / Previdência Privada	34

A Cooperativa apresenta os valores de transação com as partes relacionadas que teve com o Sicoob Central ES que é uma Cooperativa Central de Crédito, o qual, a Cooperativa tem participação e está presente e no conselho de administração e com o Bancoob.

	Transações com Sicoob Central ES e Bancoob	
	31/12/2017	31/12/2016
<b>Ativo</b>	<b>294.106</b>	<b>203.697</b>
Títulos e Valores mobiliários	5.647	16.101
Relações Interfinanceiras	288.459	187.596
<b>Passivo</b>	<b>152.843</b>	<b>151.007</b>
Relações Interfinanceiras	147.858	147.007
Obrigações por Empréstimos e Repasses	4.985	4.000
<b>Receitas</b>	<b>25.946</b>	<b>18.208</b>
Resultado de Operações com Tit. E Valores Mobil. E Instr. Financeiros	962	2.376
Ingressos de Depósitos Intercooperativos	24.984	15.832
<b>Despesas</b>	<b>11.683</b>	<b>10.045</b>
Operações de Empréstimos e Repasses	9.347	9.106
Despesas Administrativas (Rateio Despesas da Central)	2.336	939

## 27. Cooperativa Central

A COOPERATIVA DE CREDITO CENTRO SERRANA DO ESPIRITO SANTO - SICOOB CENTRO SERRANO, em conjunto com outras cooperativas singulares, é filiada à CCC DO ESPIRITO SANTO - SICOOB CENTRAL ES, que representa o grupo formado por suas afiliadas perante as autoridades monetárias, organismos governamentais e entidades privadas.

O SICOOB CENTRAL ES, é uma sociedade cooperativista que tem por objetivo a organização em comum em maior escala dos serviços econômico-financeiros e assistenciais de suas filiadas (cooperativas singulares), integrando e orientando suas atividades, de forma autônoma e independente, através dos instrumentos previstos na legislação pertinente e normas exaradas pelo Banco Central do Brasil, bem como facilitando a utilização recíproca dos serviços, para consecução de seus objetivos.

Para assegurar a consecução de seus objetivos, cabe ao SICOOB CENTRAL ES a coordenação das atividades de suas filiadas, a difusão e fomento do cooperativismo de crédito, a orientação e aplicação dos recursos captados, a implantação e implementação de controles internos voltados para os sistemas que acompanhem informações econômico-financeiras, operacionais e gerenciais, entre outras.

O SICOOB CENTRO SERRANO responde solidariamente pelas obrigações contraídas pelo SICOOB CENTRAL ES perante terceiros, até o limite do valor das cotas-partes do capital que subscrever, proporcionalmente à sua participação nessas operações.

## 28. Gerenciamento de Risco

Foi publicada, em 23 de fevereiro de 2017, a Resolução CMN nº. 4.557 que dispõe sobre as estruturas de gerenciamento de riscos e de capital, com a consequente revogação, a partir de 24 de fevereiro de 2018, das Resoluções CMN nº. 3.380/2006, 3.464/2007, 3.721/2009, 3.988/2011 e 4.090/2012.

Em razão disso, foi criada no Sicoob Confederação, a Superintendência de Gestão de Risco e Capitais, que vem promovendo a reestruturação administrativa e operacional para cumprimento das exigências previstas na Resolução CMN nº. 4.557/2017, de modo a atendê-la plenamente a partir de fevereiro de 2018.

### 28.1 Risco operacional

As diretrizes para o gerenciamento do risco operacional encontram-se registradas na Política Institucional de Risco Operacional que foi aprovada pela Diretoria Executiva e pelo Conselho de Administração do Sicoob Confederação, entidade responsável por prestar os serviços de gestão centralizada do risco operacional para as entidades do Sicoob.

O processo de gerenciamento do risco operacional consiste na avaliação qualitativa dos riscos por meio das etapas de identificação, avaliação, tratamento, testes de avaliação dos sistemas de controle, comunicação e informação.

As perdas operacionais são comunicadas à Área de Controles Internos que interage com os gestores das áreas e identifica formalmente as causas, a adequação dos controles implementados e a necessidade de aprimoramento dos processos, inclusive com a inserção de novos controles.

Os resultados são apresentados à Diretoria Executiva e ao Conselho de Administração.

A metodologia de alocação de capital, para fins do Novo Acordo da Basileia, utilizada para determinação da parcela de risco operacional (RWAopad) é a Abordagem do Indicador Básico (BIA).

Em cumprimento à Resolução CMN 3.380/2006, encontra-se disponível no site do Sicoob (www.sicoob.com.br) relatório descritivo da estrutura de gerenciamento do risco operacional.

### 28.2 Risco de Mercado e de Liquidez

O gerenciamento dos riscos de mercado e de liquidez da COOPERATIVA DE CREDITO DE LIVRE ADMISSAO CENTRO SERRANA DO ESPIRITO SANTO - SICOOB CENTRO SERRANO objetiva garantir a aderência às normas vigentes e minimizar os riscos de mercado e de liquidez, por meio das boas práticas de gestão de riscos, na forma instruída nas Resoluções CMN 3.464/2007 e 4.090/2012.

Conforme preceitua o artigo 9 da Resolução CMN 3.464/2007 e artigo 8 Resolução CMN 4.090/2012, a COOPERATIVA DE CREDITO DE LIVRE ADMISSAO CENTRO SERRANA DO ESPIRITO SANTO - SICOOB CENTRO SERRANO aderiu à estrutura única de gestão dos riscos de mercado e de liquidez do Sicoob, centralizada na Confederação Nacional das Cooperativas do Sicoob Ltda. (Sicoob Confederação), desde novembro de 2017, sendo anteriormente realizado pelo Banco Cooperativo do Brasil S.A (Bancoob), que pode ser evidenciada em relatório disponível no site www.sicoob.com.br.

No gerenciamento do risco de mercado são adotados procedimentos padronizados de identificação de fatores de risco, de classificação da carteira de negociação (trading) e não negociação (banking), de mensuração do risco de mercado de estabelecimento de limites de risco, de testes de stress e de aderência ao modelo de mensuração de risco (backtesting).

No gerenciamento do risco de liquidez são adotados procedimentos para identificar, avaliar, monitorar e controlar a exposição ao risco de liquidez, limite mínimo de liquidez, fluxo de caixa projetado, testes de stress e planos de contingência.

Não obstante a centralização do gerenciamento dos riscos de mercado e de liquidez, a COOPERATIVA DE CREDITO DE LIVRE ADMISSAO CENTRO SERRANA DO ESPIRITO SANTO - SICOOB CENTRO SERRANO possui estrutura compatível com a natureza das operações e com a complexidade dos produtos e serviços oferecidos, sendo proporcional à dimensão da exposição ao risco de liquidez da entidade.

### 28.3 Risco de Crédito

O gerenciamento de risco de crédito da COOPERATIVA DE CREDITO DE LIVRE ADMISSAO CENTRO SERRANA DO ESPIRITO SANTO - SICOOB CENTRO SERRANO objetiva garantir a aderência às normas vigentes, maximizar o uso do capital e minimizar os riscos envolvidos nos negócios de crédito por meio das boas práticas de gestão de riscos.

Conforme preceitua o artigo 9 da Resolução CMN nº 3.721/2009, a COOPERATIVA DE CREDITO DE LIVRE ADMISSAO CENTRO SERRANA DO ESPIRITO SANTO - SICOOB CENTRO SERRANO aderiu à estrutura única de gestão do risco de crédito do Sicoob, centralizada no Sicoob Confederação (Sicoob), desde novembro de 2017, sendo anteriormente realizado pelo Banco Cooperativo do Brasil S.A (Bancoob), a qual encontra-se evidenciada em relatório disponível no site www.sicoob.com.br.

Compete ao gestor a padronização de processos, de metodologias de análises de risco de clientes e de operações, de criação e de manutenção de política única de risco de crédito para o Sicoob, além do monitoramento das carteiras de crédito das cooperativas.

Não obstante a centralização do gerenciamento de risco de crédito, a COOPERATIVA DE CREDITO DE LIVRE ADMISSAO CENTRO SERRANA DO ESPIRITO SANTO - SICOOB CENTRO SERRANO possui estrutura compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e serviços oferecidos, sendo proporcional à dimensão da exposição ao risco de crédito da entidade.

### 28.4 Gerenciamento de capital

A estrutura de gerenciamento de capital da COOPERATIVA DE CREDITO DE LIVRE ADMISSAO CENTRO SERRANA DO ESPIRITO SANTO - SICOOB CENTRO SERRANO objetiva garantir a aderência às normas vigentes e minimizar o risco de insuficiência de capital para fazer face aos riscos em que a entidade está exposta, por meio das boas práticas de gestão de capital, na forma instruída na Resolução CMN 3.988/2011.

Conforme preceitua o artigo 9 da Resolução CMN 3.988/2011, a COOPERATIVA DE CREDITO DE LIVRE ADMISSAO CENTRO SERRANA DO ESPIRITO SANTO - SICOOB CENTRO SERRANO aderiu à estrutura única de gerenciamento de capital do Sicoob, centralizada na Confederação Nacional das Cooperativas do Sicoob Ltda. (Sicoob Confederação), a qual encontra-se evidenciada em relatório disponível no site www.sicoob.com.br.

O gerenciamento de capital centralizado consiste em um processo contínuo de monitoramento do capital, e é realizado pelas entidades do Sicoob com objetivo de:

- avaliar a necessidade de capital para fazer face aos riscos a que as entidades do Sicoob estão sujeitas;
- planejar metas e necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos das entidades do Sicoob;
- adotar postura prospectiva, antecipando a necessidade de capital decorrente de possíveis mudanças nas condições de mercado.

Adicionalmente, são realizadas também simulações de eventos severos em condições extremas de mercado, com a consequente avaliação de seus impactos no capital das entidades do Sicoob.

## 29. Coobrigações e riscos em garantias prestadas

Em 31 de dezembro de 2017, a cooperativa é responsável por coobrigações e riscos em garantias prestadas, no montante de R\$ 54.903 (31/12/2017 – R\$ 43.024), referentes a aval prestado em diversas operações de crédito de seus associados com instituições financeiras oficiais.

## 30. Seguros contratados – Não auditado

A Cooperativa adota política de contratar seguros de diversas modalidades, cuja cobertura é considerada suficiente pela Administração e agentes seguradores para fazer face à ocorrência de sinistros. As premissas de riscos adotados, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria das demonstrações contábeis, consequentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

## 31. Índice de Basileia

**Notas Explicativas** (em 31/12/2017 e de 2016 | em milhares de R\$)

As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem manter, permanentemente, o valor do Patrimônio de Referência (PR), apurado nos termos da Resolução CMN nº. 4192, de 01/03/2013, compatível com os riscos de suas atividades, sendo apresentado abaixo cálculo dos limites:

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Patrimônio de Referência	136.938	117.152
Margem de Compatibilização	68.842	55.335
Índice da Basileia	26,14%	24,64%
Margem de Imobilização	62.527	52.149

**Santa Maria de Jetibá-ES, 31 de dezembro de 2017.**

**Rodrigo Calheiros de Oliveira**  
Diretor Executivo  
CPF: 007.928.797-24

**Jaqueline Timm Domingos**  
Diretora Operacional  
CPF: 947.282.087-53

**Fábia Lorena Rosi Mantovanelli**  
Contadora CRC nº 013868/O-8-ES  
CPF: 007.835.517-62

**Relatório de Auditoria**

Ao Conselho de Administração, à Administração e aos Cooperados da Cooperativa de Crédito Centro-Serrana do Espírito Santo - Sicoob Centro Serrano

Santa Maria de Jetibá/ES

**Opinião**

Examinamos as demonstrações contábeis da Cooperativa de Crédito Centro-Serrana do Espírito Santo - Sicoob Centro Serrano, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações de sobras ou perdas, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Sicoob Centro Serrano em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

**Base para opinião**

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à cooperativa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

**Outros assuntos**

As demonstrações contábeis do Sicoob Centro Serrano para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016 foram examinadas por outros auditores independentes que emitiram relatório em 21 de fevereiro de 2017 com uma opinião sem modificação sobre essas demonstrações contábeis.

**Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor**

A administração da cooperativa é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

**Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis**

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a cooperativa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a cooperativa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da cooperativa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

**Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos o risco de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, e conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos o entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da cooperativa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza significativa em relação a eventos ou circunstâncias que possam levantar dúvida significativa em relação a capacidade de continuidade operacional da cooperativa. Se concluirmos que existe incerteza significativa devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a cooperativa a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Belo Horizonte/MG, 16 de março de 2018.



**Felipe Rodrigues Beiral**  
Contador CRC MG - 90.766/O-4  
CNAI 2.994

**Parecer do Conselho Fiscal**

O conselho fiscal da **Cooperativa de Crédito Centro-Serrana do Espírito Santo - Sicoob Centro-Serrano**, em cumprimento às disposições legais e estatutárias, examinou o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017. Com base nos exames efetuados, considerando, ainda, o parecer dos auditores externos - CNAC, datado de 16 de março de 2018, bem como as informações e esclarecimentos recebidos no decorrer do exercício, opina que os referidos documentos estão em condições de serem apreciados pela Assembléa Geral Ordinária.

**Santa Maria de Jetibá/ES, 27 de Março de 2018.**

**Ederson Jacob**  
Coordenador do Conselho Fiscal

**Elisa Klug Sperandio**  
Secretário do Conselho Fiscal

**Rudson Franz Rudio**  
Conselheiro Fiscal - Efetivo

# COOPER jovem

Um programa de abrangência nacional, apoiado pelo Sistema OCB-SESCOOP/ES, que visa disseminar a cultura da cooperação, baseada nos princípios e valores do cooperativismo, por meio de atividades educativas.

Seus Principais Benefícios são:

- ▶ Formar cidadãos mais solidários, participativos, autônomos e comprometidos com um futuro socialmente justo, democrático e sustentável;
- ▶ Vivência de cooperação e cooperativismo;
- ▶ Elaboração e desenvolvimento de projetos educacionais cooperativos;
- ▶ Melhoria da prática-pedagógica e da relação educadores e educandos a partir da cultura da cooperação;

No Espírito Santo, o Cooperjovem foi reativado ao final de 2015, sendo a cooperativa Cooperação, localizada em Santa Maria de Jetibá, escolhida como escola piloto com apoio das Cooperativas Sicoob Centro Serrano, Coopeavi e Coopetranserrana. Além do projeto, a parceria das Cooperativas oportunizou a Cooperação adicionar à sua grade curricular aulas de cooperativismo, para que os alunos possam aprender mais sobre doutrina e filosofia cooperativista.

Hoje o estado já caminha com 4 cooperativas educacionais, envolvendo 1.107 alunos e 90 professores, abrangendo 4 municípios: Santa Maria de Jetibá, Linhares, São Mateus e São Gabriel da Palha.

Em abril de 2018, inicia um novo projeto que vem para somar ao Cooperjovem: as Cooperativas Mirins. Elas são Cooperativas Escolares, formada pelos próprios estudantes, podendo desenvolver atividades econômicas, sociais e culturais em benefício dos associados. Em sua essência, buscam trazer para estes alunos a vivência do cooperativismo, formando cidadãos cooperativos e empreendedores, entendendo na prática como funciona uma empresa cooperativa.

E assim, ganha o Cooperativismo e ganha a Sociedade!

